

SENADO ANALISA REGULAMENTAÇÃO DO UBER E SIMILARES

O senador Pedro Chaves (PSC-MS) apresentou, no dia 26 de setembro, relatório favorável com substitutivo ao PLS nº 530/2015 e pela rejeição do PLC nº 28/2017 e do PLS nº 726/2015, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Os projetos, que tramitam em conjunto, versam sobre o transporte remunerado privado individual de passageiros (serviços como Uber e Cabify), alterando a Política Nacional de Mobilidade Urbana. O substitutivo reúne trechos dos três projetos.

O texto do PLC nº 28/2017, inicialmente aprovado na Câmara dos Deputados, previa que os serviços de transporte individual de passageiros consistiriam em um serviço público, dependendo de regulamentação. Além disso, o PLC também previa que os motoristas precisariam de autorização específica emitida pelo poder público municipal, ou do Distrito Federal, do local da prestação do serviço, de forma similar ao que ocorre com os táxis.

Já o texto apresentado pelo relator no Senado Federal prevê expressamente que o serviço de transporte individual de passageiros será desenvolvido em caráter de livre concorrência e com liberdade de preços, cabendo ao poder público competente apenas a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos, na forma da regulamentação.

Além disso, o substitutivo da CCT também cria algumas restrições aos motoristas, que deverão estar segurados quanto a acidentes pessoais a passageiros e não poderão possuir antecedentes criminais em determinados crimes, como sequestro, crimes contra a

dignidade sexual e crimes de trânsito. Também se exigirá que os motoristas estejam inscritos como contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), porém, ao contrário do projeto da Câmara, não há especificação quanto ao regime de contribuição.

Já os aplicativos que fornecem o serviço deverão assegurar que o condutor utilize, na prestação do serviço, somente veículo que esteja listado em seu cadastro, entre outras obrigações. Ainda, devem abster-se de exigir exclusividade de seu aplicativo na prestação dos serviços de transporte e também de impedir injustificadamente o acesso de condutores às aplicações de internet indispensáveis para prestação do serviço, sob pena de caracterização de limitação à livre concorrência.

O substitutivo também veda o oferecimento do serviço de transporte diretamente pelo motorista, mesmo por meio de prepostos. A infração a essa regra caracterizará o transporte ilegal de passageiros. Não houve regulamentação acerca da propriedade dos veículos. Sendo assim, de acordo com o relatório apresentado, não haveria obrigatoriedade de os veículos estarem registrados em nome do motorista.

O projeto segue em análise na CCT. Há um requerimento para que a proposição seja debatida em audiência pública conjunta da CCT e das Comissões de Serviços de Infraestrutura, de Assuntos Sociais, de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania antes de seguir para a análise no Plenário.

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

FUNDO ESPECIAL DE CAMPANHA APROVADO NO SENADO

Na terça-feira (26) o plenário do Senado Federal aprovou o PLS nº 206/2017, de autoria do senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), que institui o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Estima-se que o fundo tenha o montante de R\$ 1,7 bilhão para campanhas de 2018. O projeto aprovado também elimina a possibilidade de qualquer propaganda política paga no rádio e na televisão e dispõe que o fundo será constituído mediante dotações orçamentárias da União em ano eleitoral por meio da inclusão do artigo 16-C da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), o qual dispõe sobre parâmetros e valores mínimos. Por fim, o PLS mantém o horário eleitoral gratuito. Houve muito debate entre os senadores na discussão do projeto, todavia, a matéria foi decidida em votação simbólica. O senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo na casa, votou favoravelmente ao financiamento público.

AEROPORTOS: APROVADO PLV QUE PERMITE REPROGRAMAÇÃO DO PAGAMENTO DAS OUTORGAS

O PLV nº 31/2017, decorrente da MP nº 779/2017, que possibilita que as concessionárias de aeroportos peçam reprogramação do pagamento das outorgas, foi aprovado no plenário do Senado Federal. As chamadas outorgas consistem nos valores anuais que as empresas são obrigadas a transferir para o governo de acordo com os contratos de privatização. O projeto beneficia especialmente as empresas que controlam os terminais aeroviários de Brasília (DF), Galeão (RJ), Guarulhos (SP), Confins (MG), Viracopos (SP) e São Gonçalo do Amarante (RN). As empresas têm alegado dificuldades financeiras para cumprir com essa obrigação. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) afirma que a dívida das concessionárias em função dos valores da outorga é de R\$ 1,31 bilhão.

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÕES MISTAS DA MP Nº 789/2017 E DA MP Nº 790/2017
03/10/2017, ÀS 10H

Audiência Pública conjunta para debater a MP nº 789/2017, que altera as regras da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e os "royalties" da mineração, e a MP nº 790/2017, que altera o Código de Mineração.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO
03/10/2017, ÀS 14H

PLS nº 345/2017, que altera a legislação eleitoral para instituir o voto distrital misto nas eleições proporcionais.

Relator: não designado.
Relatório: não disponível.

FIQUE DE OLHO

PEC nº 33/2017, que veda coligações partidárias nas eleições proporcionais e estabelece normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda.

Relator: não designado.
Relatório: não disponível.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória
PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara
PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)
04/10/2017, às 10h

PEC nº 61/2007, que estabelece o sistema eleitoral misto.

Relator: sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

03/10/2017, às 9h

PLS nº 603/2015, que disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes.

Relator: sen. Wilder Moraes (PP-GO)

Relatório: pela aprovação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

02/10/2017, às 17h

PLV nº 23/2017, originário da MP nº 783/2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Relator: dep. Newton Cardoso (PMDB-MG)

Relatório: pela aprovação.

PLV nº 29/2017, originário da MP nº 784/2017, que institui um novo marco regulatório para o processo administrativo sancionador instaurado pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Relator: dep. Alfredo Kaefer (PSL-PR)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

PL nº 1.202/2007, que disciplina a atividade de lobby.

Relatora: dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)

05/10/2017, às 10h

Audiência Pública para debater procedimentos a serem adotados e estabelecer diretrizes específicas para o registro de produtos biológicos, para uso em controle biológico de pragas na agricultura.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

04/10/2017, às 10h

PL nº 2.993/2015, que dispõe sobre os aplicativos de mensagens multiplataforma na Internet, tais como WhatsApp, Google Hangout, Viber, Telegram, Line, entre outros, para garantir a legalidade e a funcionalidade desses sistemas de forma gratuita na Internet brasileira.

Relator: dep. Arolde de Oliveira (PSC-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 7.742/2017, que altera o Marco Civil da Internet para dispor sobre a destinação das contas de aplicações de Internet após a morte de seu titular.

Relator: dep. José Rocha (PR-BA)

Parecer: pela aprovação, com emenda e substitutivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

03/10/2017, às 14h30

PEC nº 181/2012, que estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos.

Relator: dep. Rogério Rosso (PSD-DF)

Relatório: pela admissibilidade.

PEC nº 349/2017, que altera a Constituição Federal para garantir a proteção do consumidor brasileiro usuário do serviço de transporte aéreo, aquático e terrestre internacional.

Relator: dep. Carlos Bezerra (PMDB-MT)

Relatório: pela admissibilidade.

FIQUE DE OLHO

PLP nº 01/2015, que institui o seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por riscos ou acidentes que possam ocorrer com a realização dos eventos por eles promovidos.

Relator: dep. Fábio Sousa (PSDB-GO)

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 3.456/2004, que acrescenta dispositivos à Lei Ferrari para estabelecer prazo para realização de convenções econômicas dos produtores e distribuidores de veículos e facultar a utilização de arbitragem.

Relator: dep. Juscelino Filho (DEM-MA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 6.617/2013, que responsabiliza solidariamente as entidades de prática desportiva pelos danos causados por suas torcidas organizadas.

Relator: dep. Alceu Moreira (PMDB-RS)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 3.163/2015, que define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado.
Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PDC nº 640/2017, que convoca plebiscito para consultar a população acerca do seu interesse em manter o voto obrigatório no país ou em adotar o voto facultativo.
Relator: dep. Sergio Zveiter (PODE-RJ)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.553/2017, que dispõe sobre a multipropriedade, como no regime de time-sharing.
Relator: dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CDU)
04/10/2017, ÀS 10H

FIQUE DE OLHO

PL nº 5.122/2013, que exige que o transporte público metroferroviário em regiões metropolitanas funcione por período integral nos finais de semana e que o transporte público viário em cidades com população superior a 300 mil habitantes funcione todos os dias da semana por período integral.
Relator: dep. Marcelo Álvaro Antônio (PR-MG)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)
04/10/2017, ÀS 9H30

PL nº 4.637/2012, que estabelece a forma, o prazo, o cumprimento e demais atos em razão dos recalls de veículos automotores, com o fim de evitar acidentes pelo não atendimento por parte dos consumidores e dos fornecedores.
Relatora: dep. Maria Helena (PSB-RR)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

FIQUE DE OLHO

PL nº 2.275/2015, que altera o Código de Defesa do Consumidor para impor, ao fornecedor de produtos ou serviços que efetuar recall, multa equivalente a duas vezes o valor das peças substituídas e dos serviços realizados.
Relator: dep. Severino Ninho (PDB-PE)
Relatório: a proferir.

PL nº 6.778/2016, que dispõe sobre a vedação à instituição financeira para concessão de desconto em operação de crédito que seja vinculada à oferta de produto ou serviço ou em caso de portabilidade.
Relator: dep. Rodrigo Martins (PSB-PI)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 7.263/2017, que altera a Lei Geral de Telecomunicações para coibir a comercialização de

pacotes fechados de serviços de telecomunicações.
Relator: dep. Moses Rodrigues (PMDB-CE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
04/10/2017, ÀS 9H30

PL nº 3.406/2015, do Senado Federal, que altera a Lei de Propriedade Industrial para, entre outras medidas, definir o prazo máximo de 180 dias para conclusão do exame do pedido de patente.
Relator: dep. Laercio Oliveira (SD-SE)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 6.783/2016, que altera o Código Civil para dispor sobre a faculdade de os sócios estipularem contratualmente a responsabilidade solidária em face das obrigações sociais.
Relator: dep. Cesar Souza (PSD-SC)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 7.063/2017, que altera a Lei da Parceria Público-Privada no âmbito da administração pública para reduzir o valor mínimo destes contratos quando firmados com os estados, municípios e o Distrito Federal.
Relator: dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 7.412/2017, que dispõe sobre a comercialização de produtos ópticos e o licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos e afins.
Relator: dep. Augusto Coutinho (SD-PE)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.532/2017, que obriga as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados a disponibilizarem a seus consumidores certidão de quitação anual de débitos em meio eletrônico mediante acesso à rede mundial de computadores.
Relator: dep. Walter Ihoshi (PSD-SP)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 7.609/2017, que altera a Lei das Sociedades por Ações, ampliando para R\$ 10.000.000,00 o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado se enquadre no regime simplificado de publicidade de atos societários.
Relator: dep. Walter Ihoshi (PSD-SP)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
03/10/2017, ÀS 14H

Audiência Pública para debater o PLP nº 218/2016 - A Incidência do ICMS sobre o Comércio Eletrônico.

04/10/2017, às 9H30

PL nº 1.737/2015, que autoriza o aproveitamento dos incentivos fiscais da Lei Rouanet pelas empresas optantes pelo lucro presumido na apuração do imposto de renda.

Relator: dep. Aluisio Mendes (PODE-MA)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)

04/10/2017, às 11H

PL nº 4.763/2016, que dispõe sobre incentivos fiscais para produção de veículos movidos a gás.

Relator: dep. Augusto Carvalho (SD-DF)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.401/2017, que estabelece a política de conteúdo local para as atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Relator: dep. Altineu Côrtes (PMDB-RJ)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

04/10/2017, às 10H

FIQUE DE OLHO

PL nº 3.123/2012, que altera a Lei de Execuções Penais para estabelecer as normas de privatização dos serviços penitenciários.

Relator: dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 6.875/2013, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing.

Relator: dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 6.387/2016, que altera a Lei da Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados para facultar às empresas manter simultaneamente mais de um programa de distribuição.

Relator: dep. Lucas Vergilio (SD-GO)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTE (CVT)

03/10/2017, às 10H

Audiência Pública para debater assuntos relacionados a recall.

COMISSÃO ESPECIAL DO CÓDIGO COMERCIAL

03/10/2017, às 14H30

Reunião Deliberativa para continuação da discussão e votação do parecer do Relator Geral, deputado Paes Landim (PTB-PI), ao PL nº 1.572/2011.

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA DA LEI KANDIR

04/10/2017, às 14H30

Audiência Pública para debater o PLP nº 221/1998, que altera a Lei Complementar nº 87/1996, conhecida como "Lei Kandir", com representantes do agronegócio.

